

PORTARIA GP Nº 36,  
de 26 de maio de 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER  
Desembargador Presidente do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2013 A ABRIL DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) |   |                         |
|---|--|---|-------------------------|
|   | LIQUIDADAS                             | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL                   |
|   | (a)                                    | (b)   | (c) = (a) + (b)         |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>  | <b>1.011.483.148,66</b>                | <b>42.022.251,09</b>                        | <b>1.053.505.399,75</b> |
| Pessoal Ativo   | 816.922.704,24                         | 33.520.211,17                               | 850.442.915,41          |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 194.560.444,42                         | 8.502.039,92                                | 203.062.484,34          |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00                                   | 0,00  | 0,00                    |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>                                  | <b>177.116.032,95</b>                  | <b>32.857.585,10</b>                        | <b>209.973.618,05</b>   |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 0,00                                   | 0,00  | 0,00                    |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 0,00                                   | 0,00  | 0,00                    |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 27.873.201,09                          | 30.553.758,62                               | 58.426.959,71           |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 149.242.831,86                         | 2.303.826,48                                | 151.546.658,34          |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>   | <b>834.367.115,71</b>                  | <b>9.164.665,99</b>                         | <b>843.531.781,70</b>   |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

|  |                           |                  |                         |
|--|---------------------------|------------------|-------------------------|
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>                                     | <b>678.292.443.000,00</b> |                  |                         |
| <b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b> | <b>0,123010%</b>          | <b>0,001351%</b> | <b>0,124361%</b>        |
| <b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>         | <b>0,218952%</b>          |                  | <b>1.485.134.869,80</b> |
| <b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>         | <b>0,208004%</b>          |                  | <b>1.410.878.126,31</b> |
| <b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>      | <b>0,197057%</b>          |                  | <b>1.336.621.382,82</b> |

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região

22/05/2014 13h 36min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:

- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 2.236.830,42 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 320.000,00;
- b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.307.640,00

3) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 – TCU – Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 903.652,24 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

Gustavo Fachim  
Ordenador de Despesas com Pessoal

Adriana Martorano Amaral Corchetti  
Diretora-Geral

Marco Antonio Fernandes  
Responsável Controle Interno

Flavio Allegretti de Campos Cooper  
Desembargador Presidente do Tribunal